

- XL -

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERSPECTIVAS DA PRÁTICA CURRICULAR

Maria Mônica Ferreira Mendes
PPEB/NEB/UFPA
monica_breves@yahoo.com.br

Amélia Maria Araújo Mesquita
PPEB/NEB/UFPA
amelia.mesquita05@gmail.com

Lyanny Araújo Francês
PPEB/NEB/UFPA
lyanny.arajo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo analisar que tipo de relação a prática curricular da professora de apoio pedagógico produziu entre a Educação Especial e a Educação Comum para a escolarização de um aluno com deficiência. Trata-se, de uma pesquisa qualitativa desenvolvida por meio de uma revisão da literatura acerca da concepção de Educação Especial na perspectiva inclusiva e de práticas curriculares, quanto à análise dos dados, foi feita à luz da análise de conteúdo.

Assim, primeiramente discorrer-se-á sobre o conceito de Educação Especial e a sua inter-relação com a educação inclusiva, para em seguida problematizar sobre a prática curricular, com ênfase nos desafios, tensionamentos e possibilidades que envolvem essa dinâmica para a escolarização dos alunos com deficiência no ensino regular. Por fim, destaca-se a importância do trabalho colaborativo entre a Educação Especial e Educação Comum e a necessária atenção às questões macro e micro, visto que, aquilo que acontece na sala de aula

é fortemente influenciado por fatores políticos, econômicos, culturais, conflitos e mudanças que podem favorecer ou não a sua qualidade.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A SUA ARTICULAÇÃO COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Especial no atual contexto se caracteriza como um serviço que é constituído por uma série de recursos materiais, suportes tecnológicos e de pessoas que exercem variadas funções como: interpretes de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e do Sistema Braille, itinerância, entre outros apoios que se destacam nesse campo.

Segundo Jannuzzi (2012), a Educação Especial é um conceito atravessado por um conjunto de abordagens como: médico-pedagógica, psicopedagógica, integração e inclusão, e que estão diretamente articuladas às questões econômicas, práticas e políticas, que foram historicamente tomando distintas configurações nesse campo. E isso reverberou na concepção de Educação Especial e na forma de atendimento oferecido aos alunos com deficiência ao longo do tempo.

Tradicionalmente a Educação Especial é reconhecida por atender exclusivamente pessoas com deficiência em diferentes espaços, como classe especial, sala regular, escola especial, entre outras. No entanto, a partir das perspectivas da inclusão essa ideia vem sendo resignificada, assim, na atualidade a Educação Especial inaugura:

[...] um novo contrato educativo, que coloca em discussão não apenas a acessibilidade pedagógica para todos, que independe das premissas da discriminação na escola, e, sim, assume propostas práticas de “inclusão a todos”. Práticas essas, no âmbito da escola regular, ofertada por recursos e serviços de apoio pedagógico especializados, que complementam e/ou suplementam a escolarização formal [...] (SILVA, 2016, p. 58).

Jannuzzi (2012) sublinha que o paradigma da inclusão surge em 1990 e teve como marco principal a Declaração de Salamanca³² (1994), a inclusão representou um significativo avanço comparado com a perspectiva da integração, pois propõe, segundo a autora, uma

³² Declaração de Salamanca (1994), documento das nações Unidas, que reafirmou o compromisso de educação para todos e reconheceu a urgência dos Estados assegurarem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional.

reorganização do ensino na escola regular para atender a diversidade e, apesar de se assemelhar à integração, por se fundamentar na dimensão pedagógica, a inclusão diverge consideravelmente, tendo em vista que o foco muda e a responsabilidade em facilitar a apropriação dos conhecimentos a todos os alunos passa a ser dos sistemas de ensino e das escolas.

Nesse contexto, em consonância com o que assevera a autora, a mudança não deriva apenas da escola, faz-se substancial a mudança atitudinal com a efetivação de um trabalho colaborativo entre os atores educacionais e a proposição de teorias de aprendizagem que considerem as condições da criança com deficiência na escola regular.

A PRÁTICA CURRICULAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: APONTAMENTOS E PROBLEMATIZAÇÕES

O termo prática é articulado ao currículo (prática curricular), por entender que as práticas curriculares são “[...] ações que envolvem a elaboração e a implementação do currículo em suas diferentes dimensões (planejamento, metodologias, estratégias de ensino, avaliação, tempo e espaço de aprendizagem), os quais são vinculados ao processo histórico-cultural dos sujeitos partícipes” (PLETSH, 2014, p.162). É Nessa perspectiva, que buscamos compreender os desafios e possibilidades que envolvem a prática curricular no contexto da inclusão, levando em conta todas as influências que dificultam e possibilitam sua realização.

Existem inúmeras questões que obstaculizam a implementação dos serviços e suportes da Educação Especial e o desenvolvimento de um trabalho colaborativo, entre professores da Educação Especial e professores regentes. Segundo Pletsch (2014) diversas pesquisas têm apontado para essa questão e destacam como principais condicionantes: superlotação das salas de aula, formas inadequadas de se avaliar; dificuldades de se fazer à adaptação de atividades, além da “[...] precária acessibilidade física de muitas escolas; a descontinuidade de programas bem sucedidos em função de mudanças de governo; não menos importante às barreiras culturais, como o preconceito e a estigmatização [...]” (PLETSCH, 2014, p. 91).

Para esta autora, apesar da existência de todo um arcabouço legal nesse campo, não há diretrizes precisas sobre a formação inicial e continuada dos docentes para atuar com a inclusão escolar, pois o professor especializado não se sente preparado para o trabalho pedagógico com os alunos da classe regular, muito menos para desenvolver um trabalho colaborativo com o professor regente. Além disso, “[...] os cursos de formação continuada,

em sua maioria, são precários e descontextualizados da realidade social e da dinâmica vivida pelos docentes em seu cotidiano” (PLETSH, 2012, p. 157).

Para Sacriatán (1999) a prática vai além do exercício docente, não pertence unicamente ao professor, pois outros âmbitos influenciam as práticas educativas como: as políticas e o próprio contexto histórico, econômico e social vivido. Nessa perspectiva, para entender a prática curricular é importante considerar outros mecanismos de controle criados, como as avaliações externas e outros programas de cunho inovador, por exemplo, que exercem influência direta na organização do tempo, espaço, materiais e, conseqüentemente, do ensino.

Diante disso, é necessário compreender as intenções curriculares presentes nas políticas oficiais, para que se possa compreender de que forma estas se materializam especificamente na prática curricular implementada na sala de aula, não para negá-las, mas para que a partir de uma leitura reflexiva se façam adequações necessárias a fim de e ressignificar a prática direcionadas a todos os alunos.

CONCLUSÃO

A partir dos estudos realizados, destaca-se a importância de realização de pesquisas no campo da inclusão escolar de alunos com deficiência de forma contextualizada, considerando todos os fatores macro, meso e micro que envolve esse processo, e que influenciam não só o atendimento às crianças com deficiência, mas todas as demais crianças. Nessa perspectiva, é indispensável superar a dicotomia entre Educação Especial e Ensino Comum e, de forma colaborativa, buscar implementar práticas curriculares capazes de problematizar e mobilizar conhecimentos, com vistas a favorecer a formação mais ampla de todos os educandos.

REFERÊNCIAS

JANNUZZI, Gilberta de M. **A Educação do Deficiente no Brasil: Dos Primórdios ao Início do século XXI** – 3ª edição. Coleção educação contemporânea, Autores associados LTDA ed. Campinas SP. 2012

PLETSH, Márcia D. **Repensando a Inclusão Escolar: Diretrizes Políticas, Práticas Curriculares e deficiência Intelectual**. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: NAU, 2014.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Poderes Instáveis em Educação**. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

SILVA, Fabiany de C. T, Documentos Curriculares e as Flexibilizações: Escrita histórico-social do currículo em educação especial. **Revista Teias**, v.17, n.46, jul./set. 2016, p. 56-71.

UNESCO, **Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, Salamanca, Espanha, 2004.